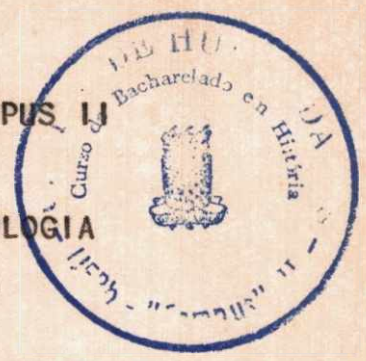


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS I
CENTRO DE HUMANIDADES
Setor de Doc. e História Regional
CAMPINA GRANDE - PB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS I
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA



9,0 (nova)
Milton

"ORÍGEN E EVOLUÇÃO DE GALANTE"

Marbene Márcia Moizinho de Freitas

CAMPINA GRANDE - Pb.

- 1983 -

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS II



Monografia que apresenta à Banca Examinadora, composta pelos Professores Michel Zaidan Filho (Orientador), Genny da Costa e Silva (Coordenadora) e, Josefa Gomes (Membro) indicados pela Comissão Coordenadora de Trabalhos Monográficos do Curso de Bacharelado em História.

CAMPINA GRANDE - Pb.

- 1983 -



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB



- S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	
ASPECTOS FÍSICOS	01
POVOAMENTO INICIAL	03
POPULAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE GALANTE	09
ECONOMIA ALGODOEIRA	11
EVOLUÇÃO SOCIAL DE GALANTE	16
A EVOLUÇÃO POLÍTICA	23
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA	33

"ORÍGEN E EVOLUÇÃO DE GALANTE"



INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos tem o objetivo inicial de apresentar os aspectos físicos do distrito de Galante, a origem do seu topônimo, a gênese e o desenvolvimento do seu povoamento inicial, a importância da estrada de ferro para expansão do núcleo urbano e a sua elevação à categoria de distrito, a relevância da economia algodoeira nesse processo e, finalmente, a evolução política de Galante, objeto de algumas questões e da apresentação de algumas sugestões.

Além das referências colhidas na sumária bibliografia sobre a história de Galante, não existe nenhuma obra específica que privilegie o estudo do mencionado distrito. Em face do que, passamos a recorrer então a fontes orais, proporcionadas pelo depoimento de pessoas idosas, que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos, a que juntamos outras obras gerais de interpretação e descrição da economia nordestina e da formação de Campina Grande.

O principal suposto deste trabalho está em fazer uma história do Povo e Para o Povo, ao contrário daqueles historiadores profissionais comprometidos com as elites, que não falam do povo e nem para o povo e sim para as classes dominantes, mas carando a verdadeira história, que é a história da luta de classes.

No Brasil, como em toda parte, o bloco social dominante manipula o trabalho do historiador contra a história.



- ASPECTOS FÍSICOS

O distrito de Galante, está situado no planalto da Borborema⁽¹⁾, no Estado da Paraíba. Sobre uma superfície de ondulações suaves e médias, com altitudes média de 605m. O clima é equatorial semi-árido, com temperatura média de 22°C e umidade variando entre 75% e 83% durante o dia. Os meses mais quentes vão de outubro à março e as maiores pluviosidades ocorrem no período de abril à agosto.

A Borborema é o elemento natural que individualiza essa área, denominada de Agreste, que corresponde à zona de transição que se situa entre o Litoral e o Sertão, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância⁽²⁾. A vegetação, onde outrora havia a floresta, hoje domina a agricultura e o capim, está a Caatinga, ou seja, uma gama enorme de associações, ora mais, ora menos densa, umas de maiores e outras de menor porte.

Em relação aos limites, Galante limita-se, ao Sul com a Serra de Fagundes, ao Norte com a fazenda Tatú de Baixo, ao Leste com o Surrão e ao Oeste com a propriedade Tatú de Cima.

Na vegetação do distrito, em face ao exposto e considerando sempre a progressiva escassez e mesmo extinção de algumas espécies, ainda se registram as seguintes: Juazeiro, Sisal, Algaroba, Pau D'arco, Aroeiras, Angico, Jurema e outras.

NOTAS:

(1) - O "Planalto" da Borborema será, aqui, entendido de acordo com Gilberto Osório de Andrade, como sendo "um agrupamento de maciços residuais de superfície mais antigas (Pd3 e Pd2) realçados na superfície geral do Pdl, dos quais deri



vam-se os rios consequentes mais longos da costa oriental".
Gênese do Relevo Nordestino: Estudo Atual dos "Conhecimen-
tos. Separata da Rev. Est. Univ., Nº 2 - 3, abr./set. Re-
cife, 1968.

- (2) - Conceituou-se, aqui, Sertão e Litoral de acordo com M.C. A., nos trabalhos: Paisagens e Problemas do Brasil, A Terra e o Homem no Nordeste. pág. 105 - 106 e 23 - 25, respectivamente. Litoral, a franja litorânea que se entende com algumas interrupções do Rio Grande do Norte até a Bahia, com largura variável sempre inferior a 100 Km, correspondendo aquilo que é conhecido na literatura geográfica brasileira como Mata, devido ao clima úmido e à floresta que ocupava por ocasião do descobrimento. Sertão, compreende as grandes extensões do interior nordestino, mais 3/4 de área regional. É a área das chuvas poucas e esparsas, das sêcas periódicas, dos rios temporários, vegetação espinhosa e agressivas da caatinga, da população rarefeita e da pecuária extensiva. É a área mais extensa, ocupando aproximadamente 49% da região nordestina, caracteriza-se pelo clima quente e seco, sujeito a sêcas periódicas.



- POVOAMENTO INICIAL

Havia uma propriedade pertencente à família Correia de Menezes, tida por herança de seus antecedentes. Ao Sr. João Correia de Menezes coube-lhe parte desta propriedade, por herança paterna em grande extensão. Era conhecida esta propriedade, por Pau Careta, ignora-se a origem do nome. O Sr. João Correia de Menezes construiu sua fazenda nesta propriedade, a qual denominou-se de "Fazenda Galante". Nesta época era o prefeito de Campina Grande, o Coronel Cristiano Lauritzen, que por ser político, se relacionava com o proprietário Sr. João Correia de Menezes. Pois, como é de costume, os políticos buscam nesses proprietários o apoio político, uma vez que esses proprietários têm uma grande influência na região a que pertencem.

Surgiu naquela época a idéia de construção de uma estrada de ferro, que passaria nessa região. Como se sabe, o primeiro trecho de estrada de ferro construído no Nordeste foi em território pernambucano. Era a "The Great Western of Brazil Railway C. L.". O seu prolongamento visava a penetração deste tipo de transporte na Paraíba, onde já estava em trabalho, desde de 1880, a estrada de ferro "Conde d'Eu", empresa organizada em Londres.

Avançaram as duas pontes de linha. O ramal de Timbaúba a Pilar ficou concluído em 1900. No ano seguinte, chegou a Itabaiana. Estava feita a junção do lado da Paraíba, avançando de Mulungú, entrou em Alagoa Grande em 1901. Ficaram as duas extremidades, Alagoa Grande e Itabaiana, olhando para Campina Grande. Tinha que partir de um dos pontos, subir a Borborema, alcançar Campina Grande, o Sertão. Começou então, a controvérsia sobre que seria o mais conveniente. Entraram em jogo os interesses de grupos, de classes, de lugares. O comércio da Capital, temendo a concorrência do Recife. Cristiano Lauritzen era

"ORÍGEN E EVOLUÇÃO DE GALANTE"



o batalhador incansável do prolongamento. Por duas vezes via-
jou ao Rio de Janeiro, para tratar do assunto. Considerava a
chegada da estrada de ferro a Campina Grande o problema máximo
da cidade, o que iria permitir o seu desenvolvimento rápido,
assegurando-lhe a hegemonia no interior de todo Nordeste. Acei-
tando, a princípio, o prolongamento de Alagoa Grande e, depois,
defendendo a prossecução da linha de Itabaiana (1).

Pois, no caso, o traçado de Alagoa Grande atravessaria
os brejos de Alagoa Nova e Serra Redonda; por sua vez o de Ita-
baiana atravessaria os centros algodoeiros de Mogeiro, Inga, Fa-
gundes e Galante. O engenheiro interessado era de Recife, o
Dr. Tomaz Mindelo. Junto ao seu advogado, foram à Fagundes, so-
licitar de um proprietário, o Coronel Gustavo de Farias Leite,
homem de posição financeira elevada na região, a passagem da es-
trada de ferro, por sua propriedade. O Coronel negou o pedido
dizendo: "Não quero prejudicar minhas propriedades, procure ou-
tro que ceda ao seu pedido". Segundo dizem, este Coronel tinha
ciúmes de umas moças que possuía, daí não aceitar a estrada de
ferro nas suas terras.

Daí o engenheiro dirigiu-se ao Sr. João Correia de Mene-
zes, que logo aceitou o pedido, cedendo a faixa de terra para a
estrada de ferro, como também o local e o terreno para a funda-
ção de um povoado.

O engenheiro, acompanhado de seu advogado Dr. José de
Melo, da Companhia Inglesa "Great Western", exigiu 50 braças de
terra, isto é, de largura como doação. O qual foi cedido sem
nenhuma dúvida, pois isto só viria beneficiar suas terras e au-
mentar o comércio do algodão.

O desembargador de Campina Grande, Dr. Antonio de Meira
Trindade, era membro da família do Dr. Severino Cruz, médico e
amigo da família Correia. Como político, Dr. Antonio de Meira
Trindade chamou João Correia de Menezes e conferiu-lhe o título



de Major, sem que o mesmo nunca tivesse serviços prestados (se
gue em anexo a xerox da sua carta patente de Major). Esses títu-
los eram conferidos às pessoas influentes na política e possuído-
ras de condições financeiras. Estes estavam sempre à disposição
do Governo e não recebiam nenhum ordenado. Era cargo de confian-
ça, em "defesa da Pátria". Serviam como testa de ferro do Gover-
no, manipulando a população na sua área de dominação.

Dado o título ao fundador de Galante, João Correia de
Menezes, Dr. Antonio Trindade entregou-lhe 100 praças (soldados)
para sua ajuda e, tomar conhecimento da revolta dos matutos, que
levantou-se no dia 07 de novembro de 1874 em Fagundes, 20 quilô-
metros lado sul de Campina Grande, em contestação ao novo siste-
ma decimal métrico adotado no Brasil. Movimento este conhecido
como, "Quebra Quilos", no dia do levante, magotes de matutos sur-
giam armados de cacetes, paus, pedras, proibindo a cobrança dos
impostos e quebrando cuias de medir. A polícia era grande re-
pressora do movimento.

Quando os revoltosos do movimento "Quebra Quilos" se
deslocaram de Fagundes para Campina Grande, passando na "Fazenda
Galante", encontraram-se com o exército, que o Dr. Antonio Trin-
dade enviou ao Major João Correia, para manter a "ordem" na re-
gião que lhe foi confiada. Este encontro se deu numa tremenda
Batalha revolta, entre o exército e os revoltosos do "Quebra Quilos", con-
seguindo o exército reprimir o movimento.

O "Quebra Quilos", além da Paraíba, se estendeu ao Rio
Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e até ao Rio de Janeiro.

A vida do povoado continuou. Seus primeiros comercian-
tes foram: O Sr. Vicente Firmino; Antonio Batista, com a primei-
ra loja de tecidos e miudezas; Francisco Dunda, com uma vapor de
descaroçar algodão; Sr. Ludjero Dias, comerciante; Manoel Matias
Amorim, com a primeira padaria e compra de algodão.

"ORÍGEN E EVOLUÇÃO DE GALANTE"



Em 1905 começou a construção da estrada de ferro. Em 1907, foi inaugurada. O trem partiu de Recife, enfeitado de bandeiras e ramagens. Toda a população correu ao local da Estação para assistir ao espetáculo, dando vivas, gritavam de alegrias. O primeiro agente da Estação (ponto de parada), foi o Sr. Antonio Cabral. O nome da Estação foi Álvaro Machado em homenagem ao Governador da Paraíba.

A região passou a ser chamada de Galante, este nome originou-se de dois motivos: O primeiro pela beleza natural, vistas panorâmicas de seus planaltos, com suas montanhas verdejantes que o circundavam; o segundo pela simpatia e elegância do engenheiro Tomas Mindelo; ao avistá-lo os habitantes exclamaram - que moço galante! Sua beleza natural e sua comunicatividade com as pessoas, foi uma grande atração.

Em 1910, o Major João Correia construiu o mercado público, um casarão de taipa aberto, com tarimbas para açougues e pequenos quartos para hotéis. O salão ficava para os bancos da feira, com a miudeza, sapatos, fazendas, etc.. A feira era muito forte, tudo se podia comprar, encerrava-se as cinco horas da tarde.

Em 1918, Galante então já era uma povoação.

Em 1920, foi construída a capela, cujo terreno foi doado pelo fundador, tendo como padroeiro Santo Antonio, do qual eram devotos todos os membros da família Correia. Hoje temos como padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

As primeiras missas eram celebradas pelo Vigário de Campina Grande "Mons. Salles" que chegava em Galante à cavalo. O segundo padre, foi João Anofre, Vigário de Fagundes, tornando-se pároco de Galante.

Em seguida fundou-se uma escola elementar primária, tendo como Diretora, D. Izaura Chagas. Ensinava a ler e escrever,



como também trabalhos manuais.

Em 1923, funda-se a segunda escola primária, - bem rudimentar, tendo como professora D. Otília Araújo Lima.

Em 1924, foi criado o primeiro cartório de Registro Civil. Era Escrivão de Paz (Oficial Público), o Sr. Antonio Faustino da Silva Amorim, genro do Major João Correia, que era casado com a Sra. Clara Correia de Menezes, filha do fundador. Foi criado um Juizado de Paz, o Sr. Ludgero Dias Silveira, que trabalhou vários anos com o Escrivão Antonio Faustino da Silva Amorim.

Continuando o progresso de Galante, foi fundada uma Delegacia de Polícia, em uma pequena casa residencial. Não havia prédio próprio.

Em 1924 no dia 19 de julho, faleceu o fundador de Galante, com 82 anos de idade, cego, mas lúcido, morreu à caminho do povoado de Galante, próximo à sua fazenda, num domingo à 14 horas. Está sepultado no Cemitério de Fagundes. Nessa época Galante não possuía cemitério, sendo construído um, em 1933.

Em 1936, foi nomeada para Galante a Professora Nair Batista Gusmão. Em sua gestão fundou-se o Grupo Escolar "Mons. Salles". Era Governador da Paraíba, Dr. Argemiro de Figueiredo. Por motivos políticos, Nair foi transferida para Campina Grande.

Em 1937, assumiu a cadeira de professora D. Carmem Eloy Dunda, diretora do educandário, com duas professoras auxiliares, nomeadas para ensinar: Julita Bezerra e Raminha Góes.

Galante daí foi prosperando, até que, em 1938, passou a categoria de Vila.

Na periferia rural de Galante, encontramos vários sítios, bastante habitados, como o Sítio Santana, Sítio Bito, Sítio Surrão, Sítio Massapê, além de outros que existiram antes de Galante, como o Sítio Tatú de Baixo e o Tatú de Cima e a Fazenda Luango.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faz saber aos que esta Carta Patente virem, que por decreto de dois de Abril de ste anno, foi nomeado cidadão João Correia de Albuquerque, para o posto de Major Fiscal de 30.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e como tal gozará de todas as honras e direitos inherentes ao posto; pelo que manda a auctoridade competente que lhe dê posse depois de prestada a solenne promessa de bem servir; aos Officiaes superiores que o reconheçam, honrem e estimem, e a todos os seus subalternos que lhe obedeçam e guardem suas ordens, no que tocar ao Serviço Nacional, tão fielmente como devem. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente Carta por mim assignada, que se cumprirá como n'ella se contém, depois de sellada com o sello grande das Armas da Republica.

Palacio da Presidencia no Rio de Janeiro, em vinte e quatro de Maio de mil oitocentos noventa e cinco, sétimo da Republica.

Presidente J. Moraes Barros.

Dr. Antonio Gonçalves Ferraz

Por Decreto de 2 de Abril de 1895
e Despacho do Ministro de Estado da Justiça e Negócios
Interiores.

Registrada a fs. 46 do Liv. 27 de Patentes.
Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores,
em 30 de maio de 1895.

Miguel Pinto Pereira

Antônio C. de Sousa e Silva, a fm.

129 R\$ 215,000
Pg. de sellos duzentos setenta e cinco mil reis
Estação de Traccabão. Esta sua em Carreza
das Rendas Federais da Cidade de Cam-
pina, Cantô em 15 de janeiro de 1894.
O Chefe O Escrivã
Silva Porto Adm. Bureau

Comprova-se e regista-se

Quanto ao brumado Superior da Guarda Nacional da Campina da Paraíba, fundado em 14 de Janeiro de 1897.

João de Sousa Botelho
Chefe da Guarda Superior

Directão e administração do estabelecimento.

Secretaria do Estabelecimento Superior da 14.ª Brigada da Guarda Nacional da Campina da Paraíba, Campina da Paraíba, 14 de Janeiro de 1897.

Virgínia de Sequeira

O Major Luiz Martins da Cunha

Registrou-se em livro competente a fls. 9.ª de 14 de Janeiro de 1897, a nome da Guarda Superior da Campina da Paraíba, fundada em 14 de Janeiro de 1897.

~~Delegado de Polícia~~
Delegado de Polícia

Conta Patente pela qual é nomeado e citado

para o posto de Major Fiscal de 3.ª Batalhão de Infantaria

da Guarda Nacional da Campina Grande, no

Estado da Paraíba, como acima se declara

- POPULAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE GALANTE

Para não fugir da regra em relação ao Nordeste, Galante possui uma população rural maior que a urbana, é o que comprova o Censo de 80, onde a população urbana é de 2.668 habitantes e a rural de 3.704 habitantes, com um total de 6.372 hab.. E isto tem grande importância para a compreensão dos problemas da terra, das relações de trabalho e, conseqüentemente, dos níveis de vida da população no campo.

Primeiramente, é bom mostrar as divergências econômicas, entre a população rural e a urbana. Nesta, a sua maioria é composta de funcionários públicos municipais ⁽¹⁾, assim como, de funcionários públicos estaduais e de comerciantes. Ao lado de uma população rural, onde encontramos um pequeno grau de pequenos proprietários que, conforme a qualidade das terras que possuem, as vezes tem um padrão de vida razoável. Há também aqueles que pagam renda aos proprietários e cultivam por sua própria conta, e finalmente, o grande latifundiário que, possui o morador, o vaqueiro, o trabalhador de aluguel e o diarista, este só vai encontrar trabalho em tempo de plantio do capim; passando este período ^{a otimizar} desocupa uma grande massa de camponeses, que irão buscar em pregos nas zonas de canavial em Pernambuco, é o que se chama de "bóias frias". Quando não migram para as cidades já congestionadas do Nordeste e Centro-Sul do País. Outros procuram alívio temporário nas numerosas frentes de trabalho de emergência, abertas pelo Governo durante os anos de seca, o que não passa apenas de um mero paliativo e, um meio de explorar a mão-de-obra barata, para os únicos ^{que} se beneficiam ^{encontrando} os poucos proprietários latifundiários, por que é em suas terras que são construídos os açudes.

Aos poucos, a diferença de população rural em relação a urbana, vai se invertendo e a população rural vai sendo transferida para as cidades, não só devido a seca, mas principalmente

pelo processo de expansão capitalista que vai tanger a população dos campos para as cidades. Nos latifúndios, já encontramos uma pequena mecanização que, como consequência, vai desocupar força-de-trabalho empregada no campo, gerando assim o desemprego, que irá fazer parte nos grandes centros, do exército industrial de reserva.

NOTA:

- (1) - No caso à Prefeitura Municipal de Campina Grande. Todas as atividades do Distrito, tanto econômica, política e social, estão ligadas a Campina Grande.

- ECONOMIA ALGODOEIRA

A partir do século XIX, graças à descoberta da máquina a vapor, o algodão passou a ser largamente consumido na Europa pela florescente indústria de tecidos. A cultura algodoeira, feita no Nordeste desde o início da colonização, teve uma fase de estagnação durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII. Desenvolveu-se, depois, em função da fabricação de tecidos ordinários usados na vestimenta dos escravos e, mais ainda, em consequência da revolução industrial, com o desenvolvimento da indústria têxtil que então se processava na Inglaterra. Portugal, como usufrutuário de nossas riquezas, ganhando somas enormes como intermediário entre o Brasil e a Inglaterra, estimulou a cultura deste produto e criou em 1751 uma estação de inspeção do algodão e, logo após, uma Alfândega do Algodão. A sua cultura, que se inicia na região úmida, logo se propagou para o Agreste e o Sertão como que repelida pela cana e pelo clima. Mas, se nas épocas de baixa do preço o algodão recuava para o Agreste, deixando a Mata livre para a cana, quando subia o preço ou quando havia crise na indústria açucareira, a cultura do algodão avançava em direção ao litoral⁽¹⁾.

Sendo cultura de Ciclo Vegetativo Curto, e produto industrializado por comerciantes estabelecidos em vilas e povoações, como ocorreu em Galante, e outras localidades na 1ª metade do século XX. Através do uso de bolandeiras e descaroçadores, o algodão era cultura de fácil adaptação ao solo, barata, deixando-se associar a fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo. O seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas, consequentemente não ocupava braços durante todo ano. Por ser um produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças.

A conjuntura imperialista que permite e provoca o surto algodoeiro do Brasil se tornará definitivamente desfavorável quan

do terminar a guerra e o "Eixo" estiver derrotado. Assim sendo, que futuro espera a produção brasileira de algodão? Em consequência da grande crise enfrentada pelo Brasil desde outubro de 1929, é que se acentuam as exportações de algodão, sofrem uma grande redução. Acentua-se o processo de nacionalização da economia do país, resultando no processo de consolidação de nova economia voltada para necessidades do mercado interno. Sobretudo a cultura do algodão. Ao estalar a guerra, a exportação do algodão brasileiro vinha efetivamente em aumento contínuo, alcançando em 1939 o alto nível de 323 - 529 toneladas. Os principais compradores do Brasil eram as potências do "Eixo": Alemanha e o Japão. O fechamento destes mercados pelo bloqueio reduziu consideravelmente as vendas. As perspectivas do pós-guerra não são mais favoráveis. O algodão é um artigo há muitos anos em superprodução mundial. Os Estados Unidos o maior produtor mundial, vêm desde 1933 seguindo uma política de restrições e valorização artificial⁽²⁾.

Não é fácil falar da economia algodoeira de um determinado lugar, como é o caso de Galante, sem ter que relacionar com todo um contexto mundial. É importante ter uma visão geral do que está acontecendo externamente, para uma melhor compreensão interna, para não dizer local.

Foi com a Estrada de ferro, que a economia algodoeira se expandiu, e teve uma grande importância na economia galantense. O período áureo, desta economia se deu de 1935 a 1958, E não foram apenas os grandes proprietários que se lançaram à cultura do algodão, os poucos pequenos proprietários e moradores passaram logo a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associando-o ao milho e ao feijão, a fim de colher de um mesmo roçado o produto de subsistência e o de venda. Para eles, a produção era pequena, mas as despesas também eram mínimas, pois investiam apenas um pouco de trabalho. Tanto a possibilidade de cul

tivo associado, como o fato de ser o mesmo de ciclo vegetativo curto e de não ter o agricultor necessidade de industrializar o produto, fazia com que o algodão se tornasse cultura de ricos e de pobres. Nenhuma renda era cobrada ao pequeno produtor⁽³⁾, uma vez que havia muitas terras e poucos agricultores, isto segundo a ideologia dos proprietários. As relações de trabalho nas grandes fazendas, era a parceria, que substituída pela relação de trabalho assalariado, diárias, (mais comum) empreitadas. A parceria é uma relação de trabalho que se caracteriza pela possibilidade de divisão dos riscos da produção entre proprietário e trabalhador. Nos pequenos sítios, a mão-de-obra utilizada era da própria família. Por volta de 1935, foram trazidos muitos fardos de algodão de Fagundes (cidade vizinha), para serem vendidos em Galante, onde o Coronel Francisco Dunda, tinha uma máquina de descarregar o algodão, o qual comprava todo o algodão e os transportava em cargas de burro para Campina Grande. Ao chegar em Campina Grande, era o algodão beneficiado e transportado de trem para Recife⁽⁴⁾. Galante chegou a possuir cinco máquinas de descarregar o algodão.

Nos períodos de grandes sêcas, como foram os anos de 1915, 1930, 1952 e 1958, uma das maneiras de sair da crise era a queima do algodão nos armazéns, onde o seguro pagava o prejuízo e sempre o comerciante pedia o juro, além do valor, do que fôra queimado.

O Sr. Zuza Rodrigues, fazia o papel de intermediário comercial, possuía vários compradores de algodão na região, No entanto, ele comprava todo o algodão desses compradores, e vendia o algodão para a Cleyton.

Se não fosse a crise de 1929 - 30, a praga da lagarta rosada, a expansão dos algodoais paulistas e dos cafezais, o algodão teria ainda grande importância no nosso século⁽⁵⁾. Como sabemos, em poucos séculos de utilização da terra, houve uma su

cessão de ciclos econômicos. Ciclos determinados pelo aparecimento de culturas que substituem outras "geralmente devastadas por pragas", como diz M. C. A. As economias que vieram substituir o algodão em Galante foram: o feijão mulatim, a fava e o milho. O algodão, como o agave, foram lavouras que carregaram ora mais, ora menos dinheiro, deixando em situação de miséria a maioria da população.

NOTAS:

(1) - ANDRADE, Manuel Correia de.

A Terra e o Homem no Nordeste.

4ª ed. pág. 70

(2) - PRADO JÚNIOR, Caio

História Econômica do Brasil.

6ª ed. Editora Brasileira, pág. 291 a 302.

(3) - Aparecem grandes trustes internacionais no Nordeste, que controlam a circulação internacional dessa mercadoria. O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobreproduto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no "cambão", sob as duas formas oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. O proprietário em sua ideologia, "dá" a terra de graça para seus moradores. Os grandes fazendeiros, convertem-se num intermediário comercial, que faz as vezes também do intermediário financeiro, por conta própria ou com recursos das "Três Irmãs, SANBRA, CLAYTON E MACHINE COTTON, para financiar as entre safras, onde vão realizar, internacionalmente o controle des

sa mercadoria, juntamente com o intermediário: compra na "folha", isto é de antemão o preço que irá pagar ao meeiro pelo algodão que ele colherá, independentemente das variações para baixo: se as "três irmãs" fixarem um preço mais baixo, ele descontará do meeiro a diferença entre o valor ou o preço ajustado na "folha" e o preço que será efetivamente pago por ocasião da colheta. (Ver: Oliveira, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião, Rio de Janeiro, 2ª edição, Editora Paz e Terra, pág. 48).

- (4) - A instalação de vias férreas incentivada pela política-econômica do capital monopolista facilitou o escoamento do algodão com trânsito para o Porto do Recife e, deste, aos centros industrializados da Europa, fornecendo Campina Grande também para o mercado interno, em sua fase de implantação industrial.
- (5) - Um fator importante é a hegemonia do Centro-Sul sobre a burguesia industrial do Nordeste. Tal fenômeno começa a ocorrer exatamente pela troca de mercadorias, pela invasão de mercadorias produzidas no Centro-Sul, onde a produtividade do trabalho estava em crescimento. É neste sentido que é permissível dizer que, entre "regiões", uma produtividade do trabalho mais alta numa delas converte-se numa espécie de novo equivalente geral, o qual, por sua determinação quantitativa, antecipa no capital - dinheiro pressupostos os resultados no produto, ou seja, a taxa de Mais-Valia e a taxa de lucro. (Ver: Oliveira, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. RJ, 2ª ed., Editora Paz e Terra, pg. 65).

- EVOLUÇÃO SOCIAL DE GALANTE

A estrutura da primitiva organização social de Galante era o que, precariamente, poderíamos denominar de "Patriarcal", dado o núcleo que ali se implantou, constituir-se de fazendeiros, vaqueiros e moradores, além de criados (1).

Todos os costumes, hábitos e crenças dessa gente se mantinham dentro dos moldes de autoridade, rigidez e obediência patriarcais. A educação da mocidade era administrada com grande rigorismo, especialmente em relação aos deveres religiosos e aos de obediência aos pais e pessoas idosas. Na educação eram raros os que iam além das primeiras letras e das quatro operações fundamentais. Muitas jovens se habilitavam no conhecimento das artes domésticas (2).

A vida social era muito simplificada. O dia começava cedo e com ele as atividades que cedo também terminavam. Essa simplicidade só era contrariada nos domingos e dias festivos. De uma maneira geral, as festividades do calendário litúrgico - religioso - natal - São João, semana santa, despertavam muito interesse na população.

NOTAS:

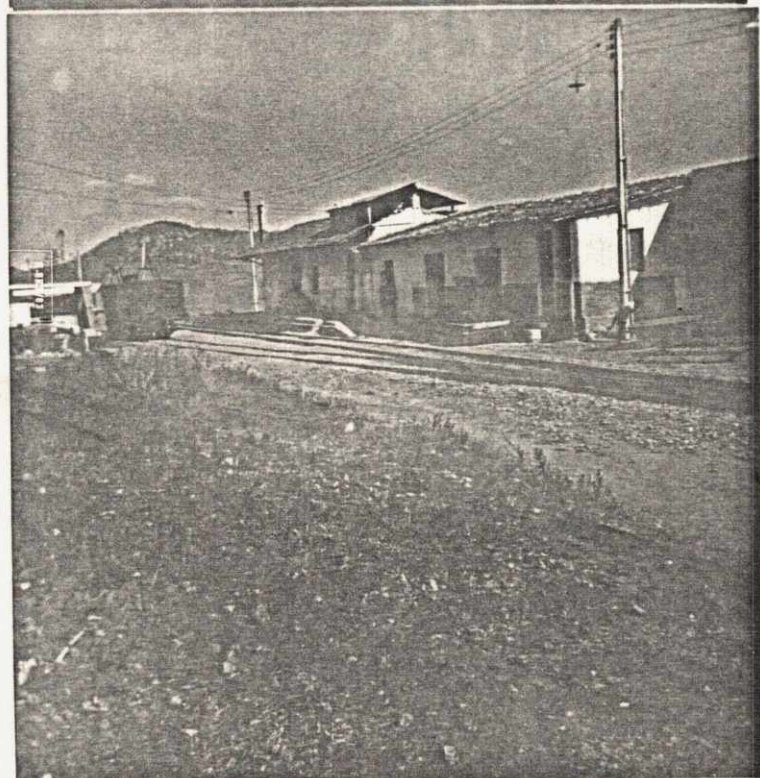
- (1) - Os primeiros representavam a camada dominante e privilegiada da situação. Os segundos, elementos agregados aos primeiros, a esses estavam ligados por vínculos de aforamento e de serviços. Os últimos, pertenciam à camada oprimida e deserdada de quaisquer privilégios - era a mão-de-obra empregada na agricultura e nos serviços domésticos.

- Freitas, Marbene Márcia Moizinho de.

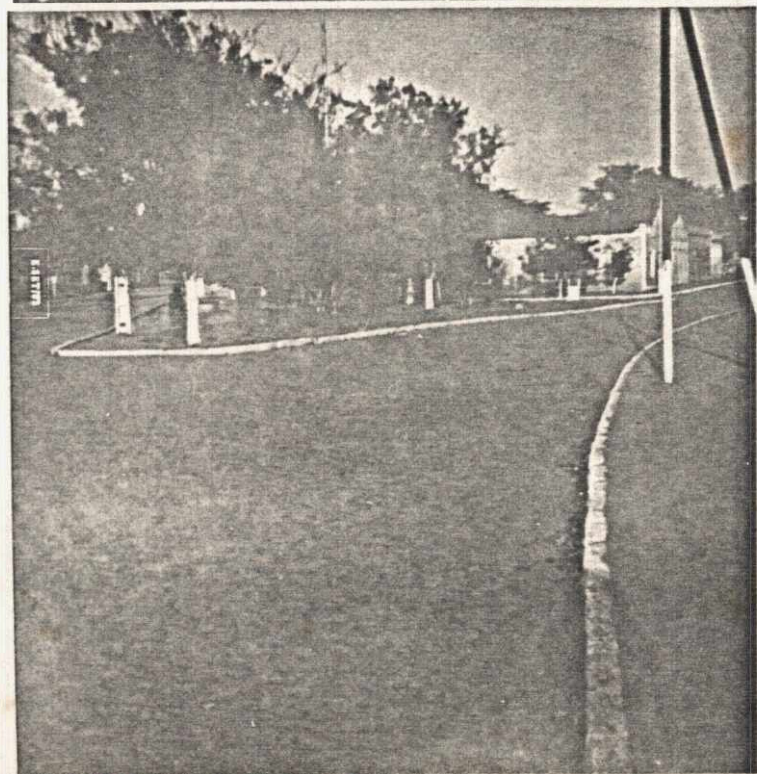
- (2) - O que no passado ^{em parte nem} não ^{mas} tinha exceção de camada social, ^{17.} quase ^{mas} todas ^{mas} aprendiam a cozinhar, bordar, crochê, costura, etc. Atualmente observa-se o contrário, onde existe uma camada menos privilegiada, que não ^{o privilégio} tiveram acesso de estudar, es tá mais ligada as artes domésticas. Enquanto outra camada mais privilegiada, a qual teve oportunidade de cursar a u niversidade, na sua maioria estão separadas destes afaze res, isto é, sem generalizar.



- IGREJA DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO



- ESTAÇÃO FERROVIÁRIA



- PRAÇA FRANCISCO DUNDA

6.1 - INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA



- **Transportes** - Em 1922, deu-se à chegada do primeiro automóvel em Galante. Atualmente Galante é servido pela empresa "Vieira Rocha". O transporte na região é dificultado pela carência de boas estradas e, quando chove, são frequentes os atoleiros.

- **Telecomunicação** - O primeiro telefone em Galante, foi colocado na primeira gestão de Elpídio de Almeida (década de 50). Era um telefone municipal bem rudimentar, não existindo mais. Atualmente Galante dispõe de um posto telefônico. Ainda nas comunicações temos, a agência de correio.

- **Energia** - Primeiramente Galante possui lampeões nos postes, colocados por Francisco Dunda. Em seguida, tivemos a energia à motor, de Antonio de Melo. Logo após, a prefeitura instala um motor maior. Daí chega a energia elétrica, distribuída e comercializada pela Companhia de Eletricidade da Borborema - CELB, integrando o sistema de Paulo Afonso.



6.2 - INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

- Educação - As escolas funcionavam em casas de residência, sendo o primeiro prédio, o Grupo Escolar "Mons. Salles", construído em 1936. Em 1968 é fundado o Ginásio Comercial "Luso", pertencente a Companhia Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC - Esta fundação teve lugar no Grupo Escolar "Mons. Salles" a 18 de janeiro. Ainda temos o Grupo Escolar Cícero Correia de Menezes, construído pela Prefeitura Municipal de Campina Grande. E as escolas municipais da zona rural. Embora seja grande as dificuldades enfrentadas pelos estudantes galantenses, contamos com um número notável de universitários, que se deslocam diariamente de Galante à Campina Grande, como também estudantes cursando o 2º grau. Encontramos muitos jovens impossibilitados de cursar o 2º grau, por falta de condições financeiras, daí uma grande necessidade desta escola, que há vários anos reivindica a população. A falta de incentivos governamentais para a educação no Brasil, é um dos grandes problemas enfrentados pelos brasileiros. Enquanto precisa-se de verbas para a educação, há um desvio muito grande para outros setores, como por exemplo, a indústria armamentista. A educação está sempre em segundos planos, isto é, quando estes existem. O ensino brasileiro cada dia que passa torna-se mais elitista. Sabemos que existe um compromisso do sistema com o capitalismo, daí o nosso ensino ser de cima para baixo, sendo desprovido de caráter popular.



- Biblioteca - Existe uma pequena biblioteca, que funciona no Grupo Escolar "Mons. Salles".
- Saúde - O posto médico funciona na Mini-Maternidade. Só contamos com a presença de um médico (clínico geral) e uma dentista, duas vezes por semana, no horário da tarde. Isso mostra a deficiência da assistência médica nesse País, onde a medicina é do tipo curativa, quer dizer, não há uma prevenção contra a doença; só quando ela já está instalada é que vai tentar-se curar-se.
- Saneamento - Se há um problema crucial em Galante, é a falta d'água. É esse inegavelmente, o mais sério problema enfrentado pela população. Sendo um caso quase solucionado, pois já se encontra desde 04 de julho de 1983 na caixa d'água, o líquido precioso, este reservatório tem a capacidade para armazenar 150 mil litros. Galante viu jorar a água do primeiro teste, aguardando a reação do grande sonho que há anos esperamos.

63- ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS



Na sua arquitetura antiga, as casas eram de taipa e cobertas de palha.

- Hino à Galante

O teu peito Galante é fecundo
Ele tem de seu povo subir
O teu seio de herói para o mundo
Vive aberto buscando porvir;

Côro

Cantando à tua bravura
Os teus filhos vencedores
Chegarão bem animados
Aos mais belos esplendores;

Um tesouro maior te aparece
É um céu bem azul cor de anil
Onde oculta senhor pai do mestre
Que abençoa o teu povo febril;

O teu berço cantando encerra
Nossa vida, que tens à ganhar
E a bravura dos filhos na guerra
É a vitória da paz que é sem par;

Lá na serra bem alta distante
Nasce o eco das nossas canções
São os filhos saudando Galante
Abraçando-o em mil corações.

(Atônio Catão).



- Manifestações Religiosas - Durante o mês de maio, todas as noites são comemoradas. A festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira do distrito e a Páscoa.

- Artesanato - O crochê, é o que mais se destaca, quase todas mulheres fazem, muitas ganham por novelos de linha, ou melhor, encomenda-se certo trabalho e este é pago por novelos de linha desmanchados. Temos também o bordado, a tapeçaria, a pintura em tecido, etc. A maioria desses trabalhos é feito na Escola Doméstica, onde todo final de ano são expostos ao público, é feito a entrega dos certificados aos concluintes de crochê, pintura, corte e costura, bordado, etc.

- Clube de Mães - O Clube de Mães "Iracema Pimentel", foi fundado em 13.11.71. Segundo o seu estatuto tem a finalidade de trabalhar pelo desenvolvimento moral, social, econômico, religioso e educacional das famílias de Galante, através de realizações promocionais. Foi constituído inicialmente por 100 sócias. Ainda segundo o seu estatuto, o clube deveria ser orientado ou assistido por uma Assistente Social. O que na verdade não acontece por falta de uma melhor assistência de parte do Estado.

- Esportes - Temos o Cruzeiro Esporte Clube, fundado em 10 de novembro de 1972. E o Galante Esporte Clube fundado em 10 de novembro de 1972. Ambos filiados a Liga Campinense de Futebol Amador, disputam a Copa Arizona de Futebol Amador.

- Freitas, Marbene Márcia Moizinho de



22.

- Outras Festas - Segundo as pesquisas feitas, já não se faz mais festas como antigamente, Em 1922, tivemos um carnaval inesquecível, chegando a superar o de Campina Grande. Um outro fator de destaque na história cultural, era as poucas vaquejadas, feitas por Gumercindo Barbosa Dunda e outros fazendeiros da região. Contamos com outras festas tradicionais, como o São João, São Pedro, festa de ano novo e a festa de concluintes promovida pelo Ginásio Comercial "Luso".

- A EVOLUÇÃO POLÍTICA

- A Luta pela Emancipação Política de Galante



A despeito do peso que Galante tem na balança política de Campina Grande, esse distrito ainda continua relegado ao esquecimento por Campina Grande. Isto se deve em parte à falta de consciência da população galantense, que tem sido e é manipulada por interesses partidários que têm utilizado a questão de emancipação política de Galante contra os legítimos anseios da sua população.

As tentativas da emancipação política de Galante foram patrocinadas, na Assembléia Legislativa do Estado pelos seguintes deputados: Álvaro Gaudêncio de Queiroz, político da extinta U.D.N., Antonio Vital do Rêgo, político ligado ao Governo Pedro Gondim, que lutaram pela emancipação política de Galante, Queimadas e Fagundes. Esses deputados interessavam-se por essas emancipações principalmente, porque Fagundes era área de sua dominação política, visando assim preservar os canais eleitorais do Governo, situação de quase todos municípios do interior da Paraíba.

Instruída por certos representantes políticos de determinados partidos, receosos de perder sua dominação política naquela região, a população de Galante tem se manifestado contra a emancipação de Galante, para o que contribuiu também o então prefeito Severino Cabral e o Presidente da Câmara de Vereadores Williams de Souza Arruda, que alegando a inconstitucionalidade de lei 2626/61, contrataram o advogado Octávio Amorim, para propor uma ação judicial contra os municípios de Queimadas e Fagundes, para que os mesmos voltassem à condição de distrito de Campina Grande. Esse movimento foi contestado pelo deputado Antonio Vital do Rego, político da região, que contratou o advogado

- Freitas, Marbene Márcia Moizinho de.



e professor Antonio Lucena, então Secretário de Justiça e Segurança Pública da Paraíba, para defender os novos municípios, sendo essa defesa aceita pelo Supremo Tribunal Federal.

Quando falamos no início do trabalho, em interesses partidários, foi por que alguns políticos, receiosos de perder sua dominação na região, posicionaram-se contra a emancipação política de Galante, pedindo o apoio da comunidade, através de baixos assinados contra a sua separação de Campina Grande. Por outro lado, a população submeteu-se a essa imposição, devido ao fato de grande maioria da população galantense ser constituída de funcionários públicos, que temiam sofrer uma baixa nos seus salários, e por terem assumidos com esses políticos, compromissos de apadrinhamento e filhotismo, ficando assim impossibilitados de rejeitarem as medidas tomadas pelos chefes ^{políticos} locais?

- Líderes Políticos

Como "líderes" políticos de Galante, tivemos: Antonio José Rodrigues, representante do PSD, grande proprietário rural de Galante, que engrossava a fileira da oligarquia política campinense. Foi construído, a partir de projetos seus, o mercado, a Igreja, a ponte e o açude público.

O partido da União Democrática Nacional (U.D.N.), era representado por Gumericino Barbosa Dunda, grande proprietário rural e chefe político do distrito de Galante. Em pesquisas feitas na Câmara de Vereadores, foi encontrado dois projetos de sua autoria, nº 42/66 e nº 143/64, que seguem em anexo. O primeiro prevê a construção de matadouro público, e não foi aceito, sendo retirado em 25.04.66. O segundo substitui o nome das ruas de Galante e dar nomes de ruas em Galante, sendo aprovado. Foi Presidente da Câmara de Vereadores de Campina Grande. Disputou o poder local, com Antonio José Rodrigues, e depois com Antonio Alves Pimentel, que iniciou sua vida em Galante, como trabalha



dor de aluguel ⁽¹⁾ de Francisco Dunda, recebendo pelo serviço 2 mil réis, vigiando as fruteiras e panhando palha de milho para o gado. Em seguida, empregou-se na loja de tecido do Sr. Severino Barbosa, chegando a ser sócio da loja e depois dono.

Representou os seguintes partidos políticos em Galante: o P.S.D., ARENA e atualmente o P.D.S.. Já conta com 23 anos de dominação política em Galante, tendo sido eleito para cinco legislaturas consecutivas, obtendo sempre a maioria dos votos. Apóia os políticos: Álvaro Gaudêncio, Evaldo Gonçalves e Enivaldo Ribeiro.

Projetos realizados: a energia elétrica e calçamento (juntamente com Gumercindo Dunda), Grupo Escolar Cícero Correia de Menezes, posto telefônico, posto médico, mini-maternidade, Escola Doméstica Estelita Cruz, Escola Clube de Mães Iracema Pimentel, Clube de Mães, Grupo Escolar do Jorge, Ginásio, cargos públicos, carro pipa para o abastecimento da população, o abastecimento d'água que está sendo concluído. Segundo o Vereador, em 1961, ele trouxe à Galante cultivadores ⁽²⁾ e gado, e em 1965, máquinas para irrigar o algodão. Atualmente conseguiu com o Governador mil e cem inscrições para as "frentes de emergências".

Pelo exposto, percebe-se o sistema de compromisso com o Governo Estadual, pelo qual é exercida a sua influência política na região para conseguir votos. É o "Coronelismo", que segundo Vitor Nunes Leal, vem a ser sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra.

O "Coronel" e sua clientela, representam o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, através de obtenção de empregos em cargos públicos para seus afilhados, em troca de votos; uma troca de serviços, uma reciprocidade ou contraprestação. E assim, tanto se espera lealdade da parte do eleitor para com o



Coronel, quanto do coronel para com o eleitor.

Temos como exemplo concreto, Galante, que conta com 143 funcionários municipais, sem contar com os estaduais e aposentados. A população é vítima deste jogo, por conta de uma situação social, política e econômica, em que, não dispõe de uma base econômica, para ser independente. É, pois, a fraqueza financeira da população, um fator que contribui, relevantemente, para manter o "Coronelismo", na sua expressão governista. Os cofres e os serviços municipais são instrumentos eficazes de formação da maioria desejada pelos governos dos Estados nas eleições, como diz Vitor Nunes Leal:

"E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do "Coronelismo", que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os "Coronéis", que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros, de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça"⁽³⁾.

É "normal", no período das eleições, em Galante, saírem os chefes políticos e seus cabos-eleitorais em visitas pelas casas, carregados de presentes, como, tecidos, sandálias, tijolos, cimento, dinheiro, etc. Sendo que, num envelope juntamente com o dinheiro, vai a cédula do voto. É de fato, um verdadeiro folclore eleitoral, que tem um significado patente, pois revela uma verdadeira "compra" de voto. Neste caso, não é a eleição o momento de barganha ou de reciprocidade de dons. O indivíduo dá seu voto por que recebeu um benefício, ou por que espera ainda recebê-lo.

A respeito, diz ainda o mesmo autor:

"ORÍGEN E EVOLUÇÃO DE GALANTE"



"Em sua situação, o trabalhador rural, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é que presenciemos: no plano político, ele luta com o "Coronel" e pelo "Coronel". Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural"⁽⁴⁾.

Ao contrário das antigas eleições, nesta última de 1982, o P.M.D.B. teve um considerável número de votos. Chegou em Galante Antonio Martins e fundou um Grupo de Ação Comunitária, que na sua primeira reunião, deixou bem claro não ter nenhuma vinculação política. Em seguida Antonio Martins, candidatou-se Vereador pelo P.M.D.B., procurou utilizar o trabalho do Grupo de Ação Comunitária para se eleger e obteve apoio de uma boa parte da população⁽⁵⁾. O P.M.D.B. chegou a obter 502 votos aproximadamente. Há muito, que existia nos galantenses uma vontade, que estava abafada, de ir às ruas, para protestar e dar um basta a situação existente, a este regime ditatorial, a estes pacotes, a estes decretos que cada dia aumentam o sofrimento dos brasileiros. E foi, apoiando Antonio Martins, juntamente com Ronaldo Cunha Lima, que foi concretizado esse protesto que estava camuflado. Hoje Antonio Martins é sub-chefe do distrito de Galante, estando a maioria da população insatisfeita com a sua administração, pois ele tem perseguido vários funcionários públicos do P.D.S., e até agora nada de concreto foi realizado.

NOTAS:

- (1) - Trabalhos contratado por tempo e preço determinado.
- (2) - Serve para cultivar a terra e removê-la para o plantio do milho, feijão, etc.



- (3) - LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 2ª ed., São Paulo Alfa-Omega, 1975, pg. 45.
- (4) - LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 2ª ed., São Paulo Alfa-Omega, 1975, pg. 25.
- (5) - A outra parte, que é a maioria, está ligada ao Governo, por terem ~~terem~~ cargos públicos e outras vinculações, ~~receiavam~~ ^{que} perder seus empregos.

ANEXO:

Projeto de Gumercindo Dunda

Projeto nº 42/66 - Autoriza construção de Matadouro Público no Distrito de Galante. Retirado em 25.04.66.

Projeto nº 143/64- Muda nomes de ruas e dar nomes de ruas na Vila de Galante, deste município, confeccionando do placas respectivas.

Parágrafo 1º - O trecho denominado rua do Comércio, partindo da esquina do Mercado Público até a esquina do prédio que pertence a Manoel Matias de Amorim, ponto de partida e chegada de veículos para esta cidade, passará a ter a seguinte denominação "Rua Manoel Correia de Menezes";

Parágrafo 2º - O trecho partindo da esquina dos armazéns que pertencem a Jessé de Araújo Menezes, até os prédios pertencentes a João de Souza Campos, passará a



chamar-se "Rua Manoel Matias de Amorim";

- Parágrafo 3º - O trecho denominado Rua Visconde de Pelotas, partindo da barbearia de Esteliano Gomes, até esquina da padaria de Francisco Antonio, passará a ter a seguinte denominação "Rua Guilhermino Francisco Barbosa";
- Parágrafo 4º - O trecho compreendido entre a esquina do posto - Fiscal Estadual, até o Grupo Escolar Monsenhor - Salles, passará a denominar-se "Rua João Bernardino de Souza";
- Parágrafo 5º - A atual Rua Manoel Gustavo de Farias, passará a denominar-se "Rua Miguel Alves de Melo";
- Parágrafo 6º - A Rua conhecida por Rua da Palha, partindo das esquinas dos prédios pertencentes a Teógenes Guedes, de um lado e Josafá Gonçalves do outro, até encontrar a linha de ferro, esquina do prédio de Josué Gonçalves, passará a denominar-se "Rua Major João Correia";
- Parágrafo 7º - A Rua Nova, passará a denominar-se "Rua Francisco Vitoriano de Luna";
- Parágrafo 8º - A Rua denominada "Paraná", partindo da linha de ferro, até encontrar a fazenda Galante que deu o nome a Vila passará a denominar-se Rua Antonio Faustino Amorim";
- Parágrafo 9º - O trecho partindo do Grupo Escolar Monsenhor Salles, a esquerda, até encontrar a estrada de ferro passará a denominação "Rua Cícero Correia de Menezes";

- Freitas, Marbene Márcia Moizinho



30.

Parágrafo 10º - A atual Rua do Cruzeiro passará a denominação -
"Rua Maria Menezes de Amorim";

Parágrafo 11º - A rua denominada "Rua da Volta" permanecerá o
mesmo nome;

Parágrafo 12º - A rua denominada Chã da Alegria, continuará com
o mesmo nome.

27 de abril de 1964.

Gumercindo Barbosa Dunda (Presidente da Câmara).

Antonio Alves Pimentel (Vereador)

- Emenda nº 1, ao Projeto de Lei nº 143/64

Acrescenta-se:

O local denominado Praça Coronel Francisco Barbosa Dunda, ficará com a mesma denominação, partindo do começo da Rua Major João Correia de Menezes e da Estação da Rede Ferroviária, até a esquina do Mercado Público, onde começa a Rua Manoel Correia de Menezes.



- CONCLUSÃO

O ponto de partida para a história do povoamento de Galante foi o núcleo familiar formado em torno do então Major da Guarda Nacional, João Correia de Menezes, que obteve por herança uma propriedade fundiária, onde construiu sua fazenda, denominando-a "Fazenda Galante".

De grande importância foi também a chegada da estrada de ferro, em 1907, para a expansão do núcleo urbano galantense, ou seja, a construção das primeiras casas, do mercado público, da Capela, Escolas, Cartório de Registro Civil, etc., bem como para a expansão da agricultura algodoeira, facilitando assim o transporte dessa mercadoria. A cultura do algodão contribuiu também para o crescimento da rede urbana, onde foram depois instaladas máquinas de descaroçar o algodão.

Galante foi assim crescendo e hoje pode contar com uma empresa de ônibus "Vieira Rocha", um posto telefônico, Agência de Correios, energia elétrica, grupos escolares, ginásio, posto médico, etc. Por outro lado, falta um colégio de 2º grau, calçamento nas ruas, uma biblioteca pública, um clube, etc.

Na situação atual em que se encontra o distrito, não é viável a sua emancipação política da Prefeitura de Campina Grande, pelo fato da população não ter uma base econômica independente (seja comercial, agrícola ou industrial), dependendo da criação e ocupação dos cargos políticos ligados à administração municipal campinense para sobreviver. Se Galante passasse à condição de cidade, isto viria acarretar uma baixa nos salários dos funcionários públicos galantenses, face a extrema pobreza da economia local.

Por outro lado, a política de Galante tem sido até hoje o resultado puro e simplesmente de um jogo político, ou seja, de um sistema de compromissos (ou troca de favores) entre o governo



municipal e estadual e os chefes políticos locais, através do qual, para se conseguir votos em favor de candidatos situacionistas, o governo "cede" empregos e cargos públicos aos eventuais "eleitores" de cabestro... É o que chamamos de coronelismo urbano.

Buscando soluções políticas para os problemas da comunidade galantense, o que nos resta fazer é contribuir para que a população local se conscientize de seus problemas e necessidades, através de seminários, palestras, debates, enfim, de uma ampla discussão, de modo a que ela possa eleger melhores representantes junto à Câmara de Vereadores de Campina Grande, para que eles reivindicuem perante o Prefeito melhores condições de vida e de vida e de trabalho para o distrito.

É importante frisar que este trabalho não vai terminar por aqui, mas que dará margem a trabalhos futuros mais aprofundados, pois, se a história continua, nós temos de prosseguir...



BIBLIOGRAFIA

- 1) - ANDRADE, Manoel Correia de. - A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, 4ª ed., Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, 278 págs.
- 2) - ALMEIDA, Elpídio de. - História de Campina Grande - 1966. Campina Grande, 2ª ed., Editora Livraria Pedrosa, pág. 341 - 350.
- 3) - Diário Oficial - Domingo, 8 de junho de 1975. págs. 3 a 4
- 4) - Fundação IBGE - Censo Demográfico de 1980, resultados preliminares. Rio de Janeiro, 1981.
- 5) - HERCULANO, José Cruz. - "Origem e Evolução de Fagundes", Campina Grande, 1982, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Nordeste". FURNe.
- 6) - MAIOR, Armando Souto. - Quebra-Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império. São Paulo, Editora Nacional. INL (Recife) Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978.
- 7) - OLIVEIRA, Francisco de. - Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, 2ª ed., Editora Paz e Terra. págs. 48 a 65.
- 8) - PRADO JÚNIOR, Caio. - História Econômica do Brasil. São Paulo, 6ª ed., Editora Brasiliense, págs. 291 a 302.
- 9) - QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. - O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. IN: História Geral das Civilizações Brasileiras. Boris Fausto (dir.) Tomo III. Brasil Republicano. 1º vol. Estrutura de Poder e Economia. São Paulo, 2ª ed. Difel, 1977, págs. 153 a 187.

- Freitas, Marbene Márcia Moizinho de



34.

10) - Z Aidan Filho, Michel. - Um Roteiro para a Evolução Social de Garanhuns.